ENTREVISTA COM MARIA YEDDA LINHARES

Maria Yedda Leite Linhares, duas vezes secretária de Educação do Rio de Janeiro, tornou-se conhecida em primeiro lugar como uma grande professora, responsável pela renovação e dinamismo da cadeira de história moderna e contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 50 e 60. Perseguida pelo regime militar, exilou-se na França, onde seus méritos foram amplamente reconhecidos. É professora emérita da UFRJ, e dedicou-se nos últimos anos à criação de uma linha de pesquisa em história agrária do Brasil. Publicou, entre outras obras, *História do abastecimento; uma problemática em questão, 1530-1918* e *História polltica do abastecimento, 1918-1974* (em co-autoria com Francisco Carlos Teixeira da Silva), ambas editadas pela Biblioteca Nacional de Agricultura em 1979. Lançou ainda *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias* (Brasiliense, 1981), e organizou e dirigiu *História geral do Brasil* (Campus, 1990).

Esta entrevista, que *Estudos Históricos* publica, foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira em diversos encontros ao longo do ano de 1991.

– Vamos começar sua história do começo: onde nasceu, como era sua família, onde foram feitos seus estudos?

Nasci em Fortaleza, Ceará, mas meus pais eram do Rio Grande do Norte. Família modesta. Minha mãe era de uma família um pouco mais ilustre, os Brito Guerra, mas ela pessoalmente era filha de uma viúva pobre. Trabalhou desde menina no ateliê de costura da minha avó, em Moçoró, de modo que nunca teve oportunidade de freqüentar escolas, tinha uma instrução bastante simples. Mas era uma pessoa de espírito extremamente fino, gostaria de ter sido uma intelectual. Aprendeu francês sozinha para poder ler a literatura francesa, o que, numa cidade pequena, do interior, é uma coisa extraordinária.

Nota: Esta entrevista foi editada por Dora Rocha.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 216-236.

Meu pai era descendente de imigrantes portugueses, perdeu os pais muito criança e foi criado por tios, trabalhando desde pequeno. Aos seis anos já trabalhava numa fábrica de cigarros. Também teve uma formação intelectual precária. Com muito esforço, com a ajuda de um professor aqui, um amigo ali, conseguiu se instruir. Gostava muito de poesia, de literatura, de canto lírico, era uma pessoa extremamente inteligente. Morreu aos 95 anos, escrevendo. Tinha uma letra belíssima. Tive também um irmão mais velho, Edmilson, que morreu há pouco tempo, e uma irmã muito mais moça, já nascida no Rio de Janeiro, Yonne. Hoje nos fazemos muita companhia.

Não vou dizer que minha família fosse de classe baixa, mas meus pais lutavam pela vida. Meu pai era corretor de algodão, independente, pois nunca aceitou ter emprego nem patrão. Nunca conseguiu ganhar dinheiro, mas gostava de circular nas esferas mais elevadas. Reproduziu muito bem a ideologia dos ricos com os quais convivia, acreditava piamente que o trabalho era o caminho para a ascensão social, para o sucesso, para a riqueza. Já mamãe não gostava de rico. Sempre foi mais progressista, sempre esteve do lado do oprimido, intuitivamente. Acho que era anarquista sem saber. Se tivesse vivido na Europa, teria sido uma daquelas mulheres de bandeira em punho. Mas no Rio Grande do Norte e no Ceará, não havia como. Ela nunca permitiu, por exemplo, que eu estudasse em colégio, porque os únicos colégios que havia em Fortaleza eram de freiras. Era muito religiosa, mas não gostava de freiras nem de padres. Segundo ela, as freiras só serviam para educar meninas ricas.

Lembro vagamente de ter tido uma professora que ia em casa. Deve ter havido qualquer coisa, porque afinal aprendi a ler e a escrever. Só com dez anos entrei para um grupo escolar aberto na Escola Normal para a prática dos professores. Entrei para o segundo ano primário e achei aquilo uma chatura completa, muito aquém de mim. Mas fiquei lá apenas alguns meses, pois naquela ocasião deixamos o Ceará, fomos para Porto Alegre e finalmente viemos para o Rio de Janeiro. Até essa época algumas coisas foram importantes para mim: a música que papai ouvia, a posição crítica de mamãe, sempre contra o poder, o convívio com a família Linhares, amigos de papai que representavam a riqueza, tinham um nível social mais alto. Eu acabei me casando nessa família Linhares, muitos anos depois. Preenchi minha infância com isso, com música, dança, teatro. Aprendi um pouco de piano na casa dos Linhares, mas o máximo que cheguei a tocar foi *Pour Elise*. Gostava muito de ouvir Caruso na vitrolinha de corda do meu irmão. Também era louca por teatro. Nunca tinha visto na vida, mas escrevia peças, representava, dirigia, havia um grupo de meninas que eu comandava. Eu cantava, dançava, declamava, era muito metida, muito saliente, muito apresentada. Outra grande paixão da minha infância foi o cinema. A gente ia assistir carregando uma cadeirinha, porque era um local adaptado no Grêmio Recreativo do Calçamento Mecejana. Ah, meu Deus, como aquilo era um deleite para mim! Havia ainda as sessões matutinas do Cinema Pio Xis – levei muito tempo para saber que o Pio Xis era o Pio Décimo –, mas aí quem tomava conta eram os padres, que botavam um papel na frente quando aparecia um beijo. Esse filme que passou há pouco tempo, *Cinema Paradiso*, tem cenas maravilhosas, que lembram muito o cinema de Fortaleza nos anos 20 e 30.

– A senhora ainda estava em Fortaleza na época da Revolução de 30?

Estava. Lembro que quando se aproximavam as eleições de 30, veio à Fortaleza a Caravana Liberal. Nós morávamos num bairro que dava acesso à cidade, e por ali eles iriam entrar. Eu tinha oito anos nesse

momento e fiz questão de receber a caravana. Minha babá, que fazia todas as minhas vontades, me botou um laço de fita vermelha no alto da cabeça – eu usava aquele cabelo *à la garçonne*, curto com franjinha – e cobriu a sacada da janela com uma colcha também vermelha. E fiquei eu lá esperando. Ora, papai fazia parte do grupo do governador Matos Peixoto, que era contra a Aliança Liberal. Era o grupo dos Maravilha, porque eles ficavam em volta do governador dizendo: "Que maravilha! Oh, que maravilha..." Um pouco como na Revolução Francesa, em que havia um grupo que dizia "*Incroyable*!" e formou o partido dos *Incroyables*.

Agora, a troco de quê eu estava contestando, não sei. Mamãe não me influenciou nisso. Não tenho capacidade de explicar, acho mesmo que nasci com espírito de porco. O interessante é que papai ficou uma fera, mas não podia proibir a filha de se manifestar. Afinal, as famílias daquela época não eram tão despóticas como hoje se pensa. Quando a caravana passou, eles pararam diante da primeira casa de Fortaleza que estava engalanada... Estavam certos de que era uma casa de aliancistas. Um deles fez um discurso, não entendi absolutamente nada, mas achei muito bonito, muito importante. Ainda guardo na memória aquela voz, uma voz fantástica. Depois vim a saber que era o Batista Luzardo.

– Como foi sua chegada ao Rio de Janeiro?

Chegamos aqui em meados de 1933 e fomos morar na Tijuca. Nessa história de vai para o Sul, vem para o Rio, minha vida escolar foi "pro beleléu". No final do ano comecei a me preocupar, porque estava fazendo 12 anos e não tinha nem curso primário. Não sabia nada. Vi que perto de onde morávamos ficava o Instituto Lafayette, fui até lá sozinha e soube que eles tinham um curso de férias intensivo, que preparava para o exame de admissão ao ginásio. Fiz esse curso, passei muito bem e comecei o secundário no Lafayette. Mas em 1935 nos mudamos para Copacabana e fui fazer o segundo ginasial no Colégio São Paulo, onde estudavam amigas minhas do Ceará. Aí mamãe brigou comigo, porque era colégio de freiras. Ela nunca botou os pés lá. Mas foi lá que terminei o ginásio, que naquela época tinha cinco anos.

– De onde veio seu interesse por história?

Tive uma professora de história muito boa no Lafayette, dona Hortênsia, e outra excelente no Colégio São Paulo, dona Ruth Almeida Serra. E sempre li muito, história, literatura, o que passava pela minha mão eu lia. Houve um livro que me fascinou: *História do mundo para crianças*, do Monteiro Lobato. Achei aquilo uma beleza. Aos poucos fui me tornando uma sabedora de história, mas com muita dificuldade, pois não existia uma bibliografia em português. Tomei aulas particulares de inglês e francês, e graças a isso podia recorrer a enciclopédias.

Quando eu estava no último ano do ginásio, em 1938, o Ministério da Educação promoveu uma maratona intelectual com alunos do curso secundário de todo o país. Eram três matérias – história, matemática e português –, e quem inscrevia os alunos, por série, eram os colégios. Acontece que nós estávamos querendo fazer um baile de formatura, eu presidia a comissão do baile, e as freiras estavam com muita raiva de mim porque achavam que dançar era imoral. Eu quis me inscrever na maratona de história, e elas disseram que não, que eu ia desmoralizar o colégio. Fui então sozinha ao ministério, expliquei que o colégio tinha se negado a fazer minha inscrição, mas que eu queria me inscrever como independente. Eles passaram uma espinafração nas freiras e obrigaram-nas a me inscrever, a mim e à Estela Barbosa de Oliveira, excelente aluna de matemática,

que depois se casou com o grande poeta João Cabral de Melo Neto. Fiz provas escritas, depois houve uma prova de debates com outros alunos – quem competiu comigo em Minas, por exemplo, foi o Darcy Ribeiro –, enfim, foi muito interessante. Depois de um mês de provas, uma animação danada, cheguei em casa com mamãe, voltando de um concerto no Municipal, e lá estava um telegrama com a notícia: eu havia tirado o primeiro prêmio nacional na maratona de história. Tive dez em tudo.

Concluído o ginásio, afinal, pensei: que curso eu posso fazer? Se quisesse estudar direito ou medicina, teria que fazer dois anos de pré-jurídico ou pré-médico. Além de não ter o menor gosto por essas carreiras, na Universidade do Distrito Federal, a UDF, criada por Anísio Teixeira, eu podia fazer o vestibular direto. Entrei então para lá, para ser professora de história. Eu não queria propriamente ser professora, na verdade não sabia o que queria ser. Mas tinha acabado de fazer uma revisão imensa para a maratona, sabia tudo, de modo que escolhi história.

– Mas a UDF não foi fechada em 1939?

Exatamente. Não cheguei a cursar nem um semestre a UDF. O vestibular foi no final de 38, a matrícula foi em janeiro de 39, mas pouco depois, em maio ou junho, nos transferimos para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Não senti muito a transição, porque o curso continuou a ser dado no mesmo prédio, onde é hoje a Escola Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado. A única coisa que mudou foi que na UDF o curso era só de história, e na Faculdade Nacional de Filosofia passou a ser história e geografia. Mas os professores continuaram os mesmos. História antiga era dada em francês pelo Antoine Bon, história moderna pelo Victor Tapié. História do Brasil era Hélio Viana, uma tragédia. Eu me recordo que um dia disse a ele que tinha comprado um livro muito bom, muito interessante, do Caio Prado Jr. A reação foi: "Não leia isso. É uma porcaria, está tudo errado." Tomei um choque muito grande, porque achei que devia ler o livro.

– Esses professores franceses que vieram ensinar no Rio de Janeiro nessa época tinham expressão acadêmica? Porque os que foram para a USP eram de primeira linha.

Eram todos muito bons. Um deles foi o maior professor que já tive em toda a minha vida, o geógrafo Francis Ruellan. Havia um outro de geografia humana, Vibert, também muito interessante. Mas Ruellan era fantástico. Se a influência de um professor valesse alguma coisa, eu teria sido geógrafa. Ele nos levava a excursões, era um grande professor. Já os outros eram mais conferencistas. Até hoje, na França, o professor entra por uma porta, os alunos por outra, o professor dá a sua aula e vai embora. Isso depois de maio de 68. Imagine antes! Era realmente o *cours magistral*, como chamavam.

– Além de Hélio Viana, quais foram seus outros professores brasileiros?

Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, que dava história da América de maneira muito pouco satisfatória, Eremildo Viana, de história antiga e medieval, e Delgado de Carvalho, de história moderna e contemporânea. Delgado de Carvalho era uma pessoa superior sob todos os pontos de vista: como inteligência, como caráter, como tudo. Estava muito acima da mediocridade reinante. Tivemos ainda Josué de Castro, de geografia humana, e Victor Farias Leuzinger, de geografia física, uma desgraça completa. Não tinha noção do que fosse geografia, e além disso, na época da ditadura, denunciou alunos, professores, e a mim própria. Esse era um Eremildo piorado, incompetente. Eremildo pelo menos era competente.

Tivemos também Artur Ramos, de antropologia, que eu achava extraordinário. Ele falava muito bem, com aquele fraseado baiano. Com ele comecei a saber da existência de correntes da antropologia: americana, inglesa, estrutural, cultural. Achava uma maravilha. Tempos depois, conversando com um grande antropólogo americano, de Chicago, perguntei o que ele achava do Artur Ramos. Ele respondeu: "Ah, o Artur foi meu aluno. Nunca soube o que era antropologia." Foi a resposta que ele me deu.

– Houve um momento em que a senhora interrompeu seu curso e foi para os Estados Unidos. Como foi isso?

Sim. Foi em 1940, eu estava na metade do segundo ano. Apareceu aqui uma moça que dirigia o Institute of International Education de Nova York, Miss Edna Duge, que conhecia uma amiga minha da faculdade, um ano acima de mim, Regina Arruda. Como eu falava inglês, Regina me convidou para passear com Miss Duge, mostrar o Rio de Janeiro. Conversando, demonstrei a ela interesse em estudar nos Estados Unidos. Ela foi embora, e um mês depois recebi o papel da *application* para uma bolsa de estudos. Me candidatei e ganhei. Como eu era muito jovem, muito inexperiente, eles me mandaram para um *college* pequeno em New Jersey. Depois me transferi para Nova York, para a Universidade de Columbia.

Uma coisa interessante, que mostra bem a mentalidade da época, é que antes de viajar fui me despedir dos professores, do reitor, Leitão da Cunha, e do secretário da universidade, Alberto Fajardo. Até hoje fico pensando como era possível uma coisa dessas. Eu era uma menina, tinha acabado de entrar para a faculdade, e fui lá me despedir. Acho que uma bolsa de estudos era algo importante. Depois eu recebia cartões postais dos professores. Lembro que logo em dezembro de 1940 recebi um do professor Fajardo com a planta da universidade no Fundão.

Os doïs anos que passei nos Estados Unidos foram decisivos para mim. Se houve um *tournant* na minha vida, se houve um momento em que a minha cabeça realmente mudou, foi nos Estados Unidos. Foi lá que aprendi como se organiza um curso, como deve ser uma universidade. Lá eu percebi que o que havia aqui não era uma universidade, era quase uma escola secundária, que não tinha a preocupação de formar, orientar ou conduzir ninguém. Era cada um por si e Deus por todos.

– Como funcionavam esses cursos que a senhora fez nos Estados Unidos?

Da mesma forma como organizei meus cursos aqui, quando assumi o ensino de história moderna e contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia. Meu grande sucesso como catedrática deveu-se ao fato de eu ter implantado aqui o sistema americano. Vou dar o exemplo de um curso de história americana que fiz em Barnard College com o professor Rauch – naquele tempo havia o Barnard College para moças, o Columbia College para rapazes, e a Columbia University era só pós-graduação. Hoje não há mais essa separação. Pois bem, o Rauch adotava um *textbook*, o Morrison and Commager, dois volumes imensos, que tínhamos que ler ao longo do ano. Ele dava aulas expositivas sobre determinados temas, com uma bibliografia específica muito boa, da qual tínhamos de fazer *reviews* de 15 em 15 dias. No primeiro semestre, por exemplo, ele concentrou o curso na evolução política dos Estados Unidos no século XIX, e no segundo, na questão do oeste americano. Além disso, ele colocava temas que os alunos deviam escolher, um em cada semestre. Dava aí também uma bibliografia, e nós tínhamos que apresentar trabalhos individuais. Recordo que no primeiro semestre escolhi a intervenção do Norte no

Sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil, e no segundo, a questão racial americana, o problema do negro. Em um ano apresentei duas monografias.

Os alunos tinham na verdade três tipos de atividades: além das monografias e dos *reviews*, havia as provas, baseadas no livro-texto e nas aulas. A idéia dos *reviews*, das sinopses, com apreciação crítica, era muito interessante. Nós íamos para a biblioteca e líamos os livros indicados e mais todas as críticas que haviam sido publicadas a respeito. Com um curso desses, adquiríamos uma visão muito boa. Até hoje domino razoavelmente bem a história americana em virtude dessas leituras maciças.

– Além desse, que outros cursos a senhora fez?

Vários. Fiz inglês, que era obrigatório, com língua e literatura americana, fiz antropologia, fiz um curso que adorei, de apreciação musical. Estudei italiano também. O curso era dado por uma italiana da Calábria muito interessante, a Signorina Carbonara. Acho que ela não gostava muito de ensinar língua italiana, mas adorava ópera e Dante Alighieri. Nós tínhamos cinco horas por semana, e então ela dava duas horas de ópera, duas de Dante e uma de língua. Quando podia, substituía a hora de língua por mais Dante ou mais ópera. Até hoje sei de cor o libreto do *Don Giovanni*, que lemos nessa época. Sempre gostei de música, de ópera, desde os 15 anos era assinante do Municipal, de modo que lá nos Estados Unidos aproveitei bastante. O pessoal da secretaria me dava ingressos para o velho Metropolitan, que tinha uma acústica infinitamente superior à do Metropolitan de hoje, e tive o privilégio de assistir a todas as minhas óperas e concertos no tempo em que morei em Nova York.

Eu também trabalhei nos Estados Unidos, em várias coisas, para poder ter o meu *argent de poche*. Dei aulas de português, a particulares e no Barnard College. Quando os japoneses invadiram Pearl Harbor e os Estados Unidos entraram na guerra, no final de 41, as universidades começaram a procurar formas de entrosamento com a América Latina, e uma delas foi abrir o ensino do espanhol e do português. Fui então convidada a dar o primeiro curso de português na Universidade de Columbia, há exatamente 50 anos. Foi a minha primeira experiência de magistério. Depois também fui convidada a dar um curso de verão no maior centro de línguas estrangeiras dos Estados Unidos, o Middlebury College, em Vermont. Trabalhei ainda na NBC e na CBS, que eram as duas cadeias de rádio americanas. Eu tinha uma voz boa para rádio, de modo que trabalhei em muitas novelas: fiz uma professora da Resistência polonesa, um garoto da Resistência francesa... No final eles me ofereceram um contrato excelente, não mais como rádio-atriz, mas como jornalista. Por outro lado, o Barnard College me ofereceu a oportunidade de ficar mais seis meses com uma bolsa, para obter o B.A., ou seja, terminar a graduação, com a garantia de outra bolsa para o mestrado em Columbia. Mas deixei tudo e vim embora para o Brasil. Foi bom, porque me reintegrei. Se tivesse ficado, nunca mais voltava.

– Por que voltou?

Meu pai pediu que eu voltasse. Estava numa situação muito difícil aqui, do ponto de vista material, e queria que eu voltasse para trabalhar e ajudar a família. A partir da experiência de ensinar português a estrangeiros, quando cheguei pude me manter. Com a guerra, e a presença aqui de tropas americanas, ensinar português à colônia americana tornou-se até rendoso para mim. Fiz isso até 1943, quando fui trabalhar no DASP, como técnico de pessoal, com Mário de Brito. Lá organizei um curso de formação de secretárias. Foi outra experiência muito boa, ter trabalhado no DASP. O DASP foi, talvez, uma das instituições

mais importantes que o país conheceu. Estamos precisando de um novo DASP hoje em dia.

– E a volta à FNFi?

Aí foi uma luta, porque os cursos que fiz nos Estados Unidos não eram reconhecidos aqui. Era para eu ter "perdido" três anos, mas consegui "perder" só dois. Entrei com um requerimento, eles reconheceram o meu primeiro semestre de 40, abonaram as faltas do segundo semestre e permitiram que eu fizesse os exames para entrar para o terceiro ano no início de 43. Confesso que me senti muito deslocada, em primeiro lugar porque os meus colegas já tinham se formado. O Brasil tinha acabado de declarar guerra ao Eixo, eu precisava trabalhar, estudar, e não estava entendendo nada do país. Aconteceu então uma coisa que foi muito importante para mim: entrei para a União Nacional dos Estudantes, levada por uma colega de faculdade, Lígia Junqueira, que era ligada ao Hélio de Almeida, então presidente da UNE.

A segunda coisa importante que me aconteceu nessa época foi conhecer o Gabriel Lacombe, que não tem nada a ver com o Américo Lacombe. Era um francês que morava no Rio e dirigia a Agência Reuters, agência inglesa de notícias. Um grande jornalista. Foi talvez a pessoa que mais teve influência na minha formação intelectual ao longo de toda a minha vida. Morreu em Lisboa em 73, para minha grande tristeza.

– Quando a senhora voltou, a FNFi já havia mudado de endereço?

Já. Estava funcionando na Casa de Itália, na avenida Presidente Antônio Carlos. Logo depois, ao lado, foi construída a Maison de France. Foi na Antônio Carlos que fiz o curso de didática na quarta série, uma experiência absolutamente terrível. Até hoje não tenho a menor idéia do que foi ensinado ali. Foi uma experiência tão desastrosa que terminei a licenciatura em dezembro de 1944 com a convicção de que poderia ser qualquer coisa na vida, exceto professora.

– A senhora demorou a começar a ensinar?

Um pouco. Em 45, o curso que eu havia organizado no DASP estava funcionando, não precisavam mais de mim, eu estava me sentindo um pouco parasita, de modo que resolvi sair. Fui então trabalhar na Gulf, firma de petróleo, tentando me beneficiar do meu conhecimento de línguas, mas não gostei. Foi a única experiência que tive com empresa privada, e durou só três meses. Depois disso passei algum tempo sem trabalhar, vivi momentos difíceis, até me tornar assistente do professor Delgado de Carvalho na cadeira de história moderna e contemporânea da Faculdade de Filosofia, ao se iniciar o segundo semestre de 1946.

– Nesse período do fim do Estado Novo, início da redemocratização, a senhora teve alguma militância política?

No final da guerra fui muito ativa na UNE. Mas nunca me filiei a nenhum partido político. Minha grande aventura consistiu em trabalhar para uma organização clandestina que eu não sabia o que era. Um dia, na UNE, Paulo Silveira me chamou, dizendo em segredo que essa organização chamava-se UDN. "O que é UDN?" "União Democrática Nacional." "E o que é isso?" "Ah, é uma organização que temos de ajudar." Paulo Silveira era comunista, mas eu não era. Os comunistas também nunca quiseram saber de mim, porque eu tinha sido envenenada pelo vírus do imperialismo. Tinha tido contato com aquela coisa horrenda que são os Estados Unidos.

Nesse período de 44, 45, eu também praticamente vivia dentro da Agência Reu-

ters. Terminava o meu trabalho e ia para lá. Tanto que quando houve a queda do Getúlio, corri para lá, e como o Lacombe não estava, redigi a notícia em inglês e mandei para Londres. O primeiro noticiário da BBC sobre a queda do Getúlio em 45 foi mandado por mim.

– Como foi sua entrada na Faculdade de Filosofia como professora?

Delgado de Carvalho me convidou. Eu já vinha colaborando com ele, durante o ano de 45 escrevi capítulos de livros didáticos que ele publicou pela Editora Nacional. A mulher dele, dona Vera, era tia de uma grande amiga minha, Cecília, que depois se casou com o antropólogo americano Charles Wagley. De modo que já havia uma relação pessoal, de amizade, entre nós. Eu tinha uma grande admiração pelo professor Delgado de Carvalho e aceitei ser sua assistente.

Comecei a trabalhar de uma forma muito modesta, muito lateral. A cadeira tinha outro assistente muito mais importante que eu, Antero Manhães, que dava aulas sobre Renascimento. Eu era apenas uma "fichinha", começando. Logo de início me coube trabalhar com a Questão do Oriente. Juro que não sabia o que era a Questão do Oriente! Fui estudar, e acabei sendo levada a me fixar na história das relações internacionais. Percebi que os alunos não sabiam nada e que aquela seria uma maneira não apenas de eu mesma aprender, como de dar chance aos alunos de terem uma visão muito mais ampla da história mundial. Fui descobrindo a bibliografia, fui estudando, e acabei me ligando muito à história das relações internacionais.

– Foi fácil o acesso a essa bibliografia?

Fui procurando. Delgado de Carvalho tinha os livros antigos, eu ia conseguindo alguma coisa nas livrarias. Quando terminou a guerra, meu amigo Lacombe abriu a agência da France Presse aqui e eu fiz assinatura da revista da France Presse, que era muito boa, feita pelos correspondentes deles no mundo inteiro. Com isso, passei a conhecer muito bem as questões internacionais. Pouco a pouco, mandei comprar na Europa as coleções alemã, austríaca, italiana, inglesa e francesa de documentos diplomáticos. Eu tinha tudo isso aqui. Acabei sendo convidada para ensinar história das relações internacionais no Instituto Rio Branco, do Itamarati. Hoje meus ex-alunos são embaixadores e continuam muito meus amigos.

– Qual era a formação do professor Delgado de Carvalho?

Delgado de Carvalho nasceu na França. Seu pai era conselheiro da embaixada do Brasil em Paris, monarquista, e quando foi proclamada a República, rompeu com o governo brasileiro e criou o filho como francês. Em 1903 ou 1904, aos 20 ou 21 anos de idade, Delgado de Carvalho cursava a École Libre des Sciences Politiques do grande Leroy Beaulieu, e precisava fazer uma monografia de fim de curso. Escolheu trabalhar com o Brasil, e foi uma tragédia na família. O pai rompeu com ele, chegou a deserdá-lo. Ele não sabia nem falar português, mas comprou umas gramáticas, aprendeu sozinho e veio para cá. Quando chegou, percebeu que não entendia nada, teve grande dificuldade em se entrosar com a língua. Assim mesmo fez o seu trabalho. Pegou uma História do Brasil do João Ribeiro, pensou que todos fossem iguais a ele, e achou que não precisávamos de historiadores. Mas considerou a geografia brasileira péssima. Resolveu então fazer a sua tese em geografia, porque seria mais útil, e escreveu *Le Brésil méridional*, obra pioneira de geografia regional, da maior importância. Voltou à França para apresentar o trabalho, já casado com a dona

Vera, e durante um bom tempo foi correspondente do *Jornal do Comércio*. Sei que na época da Primeira Guerra ele ainda estava na França e foi convocado para servir na Inglaterra. Mesmo com aquela aviação primitiva, eles precisavam de previsões meteorológicas para cruzar a Mancha, e ele foi trabalhar nisso. Nas horas vagas escreveu o primeiro tratado de meteorologia do Brasil, um livro muito interessante.

Ao se instalar definitivamente aqui, em 1918 ou 19, Delgado de Carvalho decidiu ser professor. Fez concurso para o Pedro II, que era o grande centro intelectual do país, e tornou-se professor de sociologia. Foi um grande inovador, foi quem iniciou o estudo da sociologia entre nós, pois antes ninguém sabia o que era isto. Fez parte também daquele grupo de educadores dos anos 20, ao lado de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão. Participou de todos os movimentos ligados à educação nas décadas de 20 e 30, e ao ser criada a UDF, em 1935, foi convidado a ensinar lá. Depois passou para a Universidade do Brasil e foi nomeado catedrático de história moderna e contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia. Na época não houve concurso, e aqueles que tinham um passado, uma formação acadêmica comprovada, foram nomeados catedráticos.

Delgado de Carvalho me ensinou uma série de coisas, a começar pela interpretação de textos. A cabeça dele era muito francesa, muito cartesiana, muito organizada. Ele seguia sempre um plano perfeito, colocava o tema, desenvolvia e concluía. Acho também que foi ele quem me levou à história das relações internacionais. Embora nunca me tenha dito isso, acho que ele tinha clareza de que dificilmente se poderia fazer uma história moderna e contemporânea européia aqui no Brasil. O melhor que se poderia fazer seria uma boa história das relações internacionais.

– Havia iniciação à pesquisa no curso do professor Delgado de Carvalho?

Não. A concepção dele era muito de cursos gerais, amplos, introdutórios, sem qualquer pretensão a fazer qualquer tipo de pesquisa ou qualquer crítica bibliográfica, historiográfica. O que ele fazia era interpretação de texto, e isso já foi uma grande contribuição. Delgado de Carvalho foi uma pessoa extraordinária na sua época. Agora, não se pode dizer que ele fosse um *scholar* americano. Era um grande professor francês, preocupado em dar uma visão global sobre tudo.

– E quanto à sua carreira de professora na FNFi, seus concursos, seus títulos?

Meu primeiro concurso foi para livre-docente. Naquela época não havia um sistema montado de pós-graduação na universidade, de modo que a livre-docência supria o doutorado, e era a única garantia para quem pretendesse suceder a um catedrático. Estava praticamente certo que o sucessor do professor Delgado de Carvalho seria o Antero Manhães, que era o livre-docente da cadeira. Mas o professor Manhães faleceu subitamente, de um ataque cardíaco, nas vésperas da aposentadoria do Delgado de Carvalho. Diante disso, fui instada pelo próprio professor Delgado a fazer a minha livre-docência. Eu não queria, não me considerava preparada, nem do ponto de vista dos conhecimentos necessários, nem psicologicamente. Era jovem, tinha filhos pequenos, queria esperar que crescessem um pouco para poder passar um ano na Europa estudando. Mas o professor Delgado se sentiu muito desamparado, e eu acabei fazendo às pressas, no prazo irrisório de seis meses, um trabalho a que se pode dar o nome de tese, mas que eu pessoalmente nunca considerei como tal.

Preparei um trabalho sobre um tema que eu tinha condições de tratar. Como eu

gostava de política internacional, e naquele momento estava ocorrendo uma crise muito grave entre Egito e Inglaterra em torno do canal de Suez e do Sudão, mandei buscar a documentação recente, que me faltava, e fiz um trabalho chamado *As relações anglo-egípcias e o Sudão*, analisando a crise de 1951. Um trabalho extremamente inusitado naquele momento, porque era uma história muito contemporânea e muito vinculada à política internacional. Era bastante interessante, mas não era aquela tese de pesquisa que eu gostaria de ter feito. Eu me senti muito frustrada.

– Quando foi esse concurso?

Foi no final de 1953. No ano seguinte continuei como assistente do professor Delgado, e quando ele se aposentou, em 1955, assumi interinamente a cátedra. Logo depois me inscrevi no concurso para catedrática e fiz minha segunda tese, também num prazo de seis meses e também sobre um problema de política internacional, mas dessa vez vinculado à política francesa no Marrocos no princípio do século XX. O título era muito simples: *A queda de Delcassé: um problema de interpretação histórica*. Eu analisava a crise francesa do princípio do século, com o problema do radicalismo, da república, e estudava sobretudo a atuação do ministro das Relações Exteriores, Delcassé, que foi quem promoveu a política de expansão da França, especificamente no caso do Marrocos, e fez a grande política de alianças com a Inglaterra. A partir de então se criaram os dois grandes blocos de alianças na Europa pré-Primeira Guerra Mundial, o russo-anglo-francês e o austro-alemão.

Esse segundo concurso foi muito puxado para mim. Além da tese havia uma prova de aula e uma prova escrita muito longa, de seis horas, com ponto sorteado, e eu precisava ter toda a bibliografia do século XV ao XX na cabeça. Havia mil possibilidades de temas. Só consegui dar conta porque tive a ajuda inestimável daqueles que já trabalhavam comigo, sobretudo do Francisco Falcon, que foi realmente formidável. Nós dividíamos as leituras, eu lia uma parte e ele outra. Todas as noites, quando davam onze horas, eu lhe telefonava, ele me passava os resumos do que tinha lido e eu anotava. O concurso se encerrou em 1957, e consegui me sair bastante bem.

Mas há uma coisa que quero deixar clara. Quando aceitei ser livre-docente, para poder concorrer à cátedra propriamente dita, foi em virtude de não existir naquele momento ninguém que eu julgasse mais adequado do que eu para preencher o lugar do professor Delgado de Carvalho. Se houvesse, tenho certeza absoluta de que não teria concorrido. Eu vivia aqui com meu marido, meus filhos, tinha uma vida doméstica muito boa, meu marido já se revelava naquele momento um colaborador de primeiríssima ordem. No fundo, foi ele quem me incentivou. A segunda razão para eu ter feito o concurso de cátedra foi o fato de eu já possuir naquela época, em torno de mim, um pequeno número de assistentes de primeira qualidade, como Falcon, Hugo Weiss, Eugênia Vieira Prado, que constituíam o embrião de uma cadeira, tal como eu a imaginava.

Falcon, por exemplo, foi fundamental, porque assumiu meu ensino enquanto eu preparava a tese, que eu chamo de "alucada", porque foi feita de uma maneira muito rápida, a partir dos documentos diplomáticos que eu possuía em casa. Eu achava terrivelmente errado fazer esse tipo de tese, tinha um sentimento de culpa gravíssimo, que me deixava extremamente desconfortável. Tinha suficiente autocrítica para verificar que não era aquele o caminho que a universidade devia trilhar. Mas não me restava alternativa: ou fazia o concurso ou desistia, sabendo que quem viesse não seria mais capaz do que eu. Uma pessoa falada era o Guy de Holanda, o eterno candidato.

Eu conhecia muito mais história contemporânea do que ele, porque estava estudando, dominava a bibliografia. Mas ele afinal não se candidatou.

Trabalhei aqui neste apartamento, cercada de montanhas de documentos, e fiz uma tese extremamente ensaística. Apoiada em documentação, formalmente dentro do figurino, mas na minha opinião, precária. Não era possível uma pessoa do Rio de Janeiro fazer uma tese de cátedra sobre um aspecto da política francesa do início do século, por mais relevante que fosse esse aspecto. De qualquer maneira, fiz a tese e a defendi com grande galhardia. Mas o concurso, em si, fiz sem grande interesse, não era aquela a minha aspiração. Quando acabou foi uma festa, meu marido alugou vários táxis para trazer as *corbeilles* que recebi. Fui a primeira catedrática mulher da Faculdade de Filosofia, até então só havia na Escola de Música. Mesmo em São Paulo não havia, Alice Canabrava era uma grande historiadora e foi reprovada no concurso da USP porque era mulher. Apesar de toda aquela festa, quando cheguei em casa chorei feito uma criança. Não era o que eu queria para mim.

– Mas o que a senhora queria?

Não sei. Viver, pura e simplesmente, com a minha música, minha literatura, minhas poesias. É claro que eu gostava de dar aulas, gostava do convívio, de saber que eu estava contribuindo para alguma coisa. Acho que o professor não ensina nada, o aluno é que aprende. Eu estava preocupada em permitir que eles aprendessem, em não atrapalhá-los, em não deturpar as mentalidades. Há quem diga que a história é a mestra da vida. A história não é mestra de coisa alguma, porque se fosse, o mundo não seria tão ruim como é. Se a história servisse para alguma coisa, os estadistas saberiam evitar os erros que cometem. Acho que a história não serve para nada.

– Para nada?

É claro que o conhecimento da história nos ajuda a viver, a ser mais esclarecidos sobre a realidade, sobre os erros do presente. A história nos ajuda a perceber por que certas coisas são como são, por que, por exemplo, o Brasil continua o mesmo nas suas desigualdades, nas suas resistências à mudança. A história é uma reflexão permanente sobre a vida. Agora, idéia de que a história permitirá mudar o próprio curso da história não tem fundamento. Acho que a história tem de tratar de temas relevantes, e o relevante, para mim, é o social. A história para mim foi muito útil no sentido de me levar sempre a buscar novos temas. Sou uma pessoa muito antiburocrática, muito desorganizada, tenho grande capacidade de improvisar, e acho que se fui boa professora, isso se deveu ao fato de estar sempre suscitando muitos problemas. Eu tenho muitas dúvidas. Uma delas é de que a história seja uma ciência. Jamais me considerei uma cientista.

– Todos os seus ex-alunos falam de seu curso na FNFi como uma experiência marcante, um curso diferente de todos os outros. De que maneira a senhora organizou a cadeira de história moderna e contemporânea para obter tanto sucesso?

Como já disse, fui muito influenciada pelos cursos de história americana que fiz nos Estados Unidos. Foi muito importante para mim aquela idéia de que o aluno tem que sair com o conhecimento global da matéria, sendo capaz de discutir as principais questões do seu país. Eu estava preocupada em levantar grandes questões. Ao mesmo tempo, em função de uma formação ilustrada à la século XVIII, eu achava que cabia aos que detinham o poder decidir o que devia ser feito, o que era melhor para os alunos. Naquela época não havia assembleísmo, não havia consulta a alunos, não havia reunião de

departamento. A montagem da cadeira foi assim alvo de grandes reflexões e conversas minhas com o Falcon. Antes de qualquer coisa, construímos uma bibliografia. Formamos nossas séries de revistas, de documentos publicados, de livros importados, e a partir dessas leituras foram emergindo as nossas problemáticas. É preciso lembrar também que os anos 50 foram um momento de construção decisivo para o Brasil. Ao mesmo tempo em que estávamos pensando em mudar o país, começamos a ver a universidade, e a nossa atuação dentro dela, como parte desse processo de mudança. Estávamos muito preocupados em preparar melhor os quadros do magistério para que conduzissem esse processo nas escolas. Acho que os militares perceberam essa estratégia de mudança, mas acharam que fosse teleguiada de fora. Não era. Nós tínhamos um grande amor pelo país, uma grande esperança de transformá-lo, e a história nos ajudou muito nisso.

– Naquela época, então, a história era pensada como um instrumento de mudança.

De mudança, de luta. Eu via a história assim. Não se pode dissociar o que estávamos fazendo do que estava ocorrendo no país. Os anos JK foram realmente...

– Catalisadores.

Exato. De todas as aspirações. E nós, na Filosofia, refletíamos isso. Na medida em que eu subia profissionalmente ali dentro, fomos formando um grupo: Leite Lopes, Maria Laura Mousinho, Darcy Ribeiro, que entrou para a cadeira de antropologia, já chefiada por Marina Vasconcelos. A chegada de Darcy Ribeiro foi um alento, o azougue intelectual que ele é produziu uma grande mobilização.

– Mas por outro lado, também deviam permanecer aqueles professores mais fechados às inovações. Como Hélio Viana, por exemplo.

Ah, sim. Hélio Viana tinha a concepção de que estava ali para ensinar de Pedro Álvares Cabral até não sei quando com aquele manual dele, os alunos tendo que decorar aquilo tudo. Não havia qualquer possibilidade de abertura. Manoel Maurício era seu assistente, dava aulas quando ele se ausentava, mas tinha que seguir rigorosamente o manual. Sílvio Julio, na história da América, também era um intelectual tradicional. Para ele, falar em história econômica era marxismo, era subversão. Eremildo contava com um grupo de assistentes, Catarina Dias, Terezinha Segadas Viana, Marilda Ceribeli, moças sérias e trabalhadoras. Mas na medida em que eu trouxe sangue novo quando assumi a cátedra, em 1958, e comecei a mobilizar as pessoas, ele foi sendo corroído pela inveja, pelos ciúmes, pois deixou de ser a grande personalidade. Passei então a ser alvo de um ataque feroz por parte dele. Aqueles anos foram muito criativos para mim, mas foram também os mais dolorosos da minha vida. Acho que tive uma premonição disso tudo quando, ao assumir a cátedra, disse para mim mesma: "Não é isto o que eu quero. Não estou atrás de poder, não quero ser figura de proa."

– Suas dificuldades na Faculdade de Filosofia começaram já em 1958?

Sim, tudo começou nesse momento. Guardo até hoje uma revistinha do Diretório Acadêmico, de 58, que traz um artigo com o perfil dos professores. O tom era muito crítico, mas no final estava lá: "Mas há uma exceção, que é a professora Maria Yedda Linhares. Por quê? Porque ela estuda." Quando vi aquilo, soube imediatamente que estava liquidada. Como de fato ocorreu: fui acusada de usar os alunos, de ser usada por eles etc. E olhem que na época eu nem

conhecia o Diretório Acadêmico! Estava igualmente distante dessa realidadezinha das organizações partidárias. Nunca fui membro de partido algum, a não ser, agora, do PDT. Como já disse, o próprio Partido Comunista desconfiava de mim, porque eu havia estado nos Estados Unidos e tinha sido mordida pela serpente do imperialismo.

– Voltando a seu projeto na cadeira de moderna e contemporânea: a universidade era percebida como um agente de mudança, e a idéia era formar bons professores, capazes de conduzir esse processo. Naquela mesma época, a USP já estava montando programas de pesquisa. Por que não havia também um interesse pela pesquisa no Rio de Janeiro? A senhora não tinha essa preocupação?

Tinha. Pensávamos em organizar um centro de pesquisas, escolhemos até uma temática, mas Hélio Viana vetou de forma violenta. Disse que ia acabar com a cadeira de história moderna e contemporânea se persistíssemos naquele caminho. Queríamos estudar o comércio atlântico no século XVIII.

– Que era uma maneira de articular história moderna com história do Brasil.

Exatamente. Mas Hélio Viana proibiu, disse que não podíamos ultrapassar os limites da plataforma continental brasileira... Nós também queríamos ser historiadores, dominar os instrumentos da pesquisa histórica, mas como fazer isso na cadeira de história moderna e contemporânea? Era humanamente impossível. Isso trazia uma certa amargura, porque tínhamos contato com o pessoal de São Paulo, conhecíamos as teses paulistas. Por que São Paulo avançava na pesquisa e o Rio não? Acho que aí está a grande diferença entre Rio e São Paulo. Em primeiro lugar, a USP não teve os vícios de formação da Faculdade Nacional de Filosofia, que hoje estamos começando a conhecer melhor em virtude de trabalhos muito bem-feitos desenvolvidos na Faculdade de Educação da UFRJ. Através dos dados desses trabalhos, podemos perceber as intrigas, as fofocas, o reacionarismo, o papel nocivo de certas personalidades. A Faculdade Nacional de Filosofia surgiu como mais uma num conjunto de faculdades, perdeu aquela característica que tinha sido pensada no tempo do Anísio Teixeira, de ser um elemento de transformação da universidade brasileira, um local por onde passariam aqueles que quisessem ingressar depois numa faculdade profissionalizante, algo como um *college* americano.

Já a USP foi gerada num momento de protesto de São Paulo, que fora derrotado na revolução. Começou a funcionar já com a possibilidade de tempo integral, melhores salários para os professores. Eles receberam professores estrangeiros importantes, como Fernand Braudel e muitos outros. Aliás, Braudel foi muito responsável por imprimir um cunho antifeminista à USP. Mas o fato é que desde cedo se formaram grupos de pesquisa. E nunca foi proibido a professores de história moderna e contemporânea trabalhar com história do Brasil! Fernando Novais, Eduardo Oliveira França, que eram professores de moderna e contemporânea, fizeram suas teses em história do Brasil, pesquisaram aqui, em Portugal, na Espanha. Isso nunca foi proibido em São Paulo, mas no Rio, o *establishment* da Faculdade Nacional de Filosofia vetou qualquer autonomia, qualquer pesquisa verdadeiramente criadora dentro do curso de história. Isso não aconteceu com a geografia porque veio para cá o Ruellan, que fez da geografia uma ciência de campo. Lamentavelmente, quando ele foi embora, acabou. Quero deixar registrado aqui que a Eulália Lobo foi uma brava lutadora para desenvolver a pesquisa histórica na Faculdade de Filosofia. Ela tinha

possibilidade de viajar para o exterior, de modo que pesquisou lá fora, trouxe documentação, foi indiscutivelmente uma pessoa muito importante na fixação da idéia de pesquisa histórica aqui no Rio.

– A senhora pessoalmente tinha contatos com os professores paulistas?

Tinha, ia sempre a São Paulo. Era muito comum eu e meu marido pegarmos um avião na quinta-feira e irmos até lá. Encontrávamos com Novais, Alice Canabrava, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, tomávamos um chope ou jantávamos, e no dia seguinte eu ia às livrarias. Era muito importante esse convívio, fazia parte da nossa prática. Vivíamos sonhando aqui em pesquisar como eles. Agora, uma coisa que desenvolvemos muito mais do que eles foi o curso de formação de professores. Essa foi realmente a nossa grande contribuição.

– Isto é o que eu queria saber: como funcionava esse curso?

Como eu já disse, na época nós estávamos imbuídos da certeza de que era fundamental formar bons professores de história, com conhecimento amplo e capacidade crítica, os quais por sua vez iriam ajudar a formar as novas gerações de cidadãos que iriam construir o país. Isto não quer dizer que estivéssemos subordinados a qualquer linha político-partidária. Apenas achávamos que a história, bem aprendida, bem concebida, poderia ser útil à sociedade, poderia ajudar a minorar as desigualdades. Hoje não penso mais assim, mas na época pensávamos dessa forma. E isso nos levou a estar sempre reformulando o curso. E nesse particular meu papel foi decisivo. Assumi plenamente a cadeira de história moderna e contemporânea, tomava todas as decisões e dava as orientações. Quando eu fazia uma reunião com os professores, até que ouvia muito, mas já chegava com o plano completo do que eu queria que fosse feito. Talvez aí eu fosse autoritária, mas a execução do plano era democrática. Fazíamos reuniões longas, discutíamos os conteúdos etc. Mas sempre a estrutura global era dada por mim. Eu tinha aquela experiência americana, e mais um segredo que vou contar. Naquela época meu marido estava cursando a Escola Superior de Guerra e trazia para casa aquela documentação com os métodos de trabalho deles. Esse material me foi muito útil – quero deixar claro que isso não implicava qualquer concordância da minha parte com a Escola Superior de Guerra, que eu já via com espírito crítico. Mas algumas idéias eram boas. Por exemplo, terminar o curso com uma monografia. Eu introduzi a monografia para terminar a quarta série. Não era nada de extraordinário, coincidia com os cursos americanos que eu havia feito. Organizar trabalhos de grupo e de turma. Sob esse aspecto o documento deles era muito interessante, muito objetivo.

A cadeira de história moderna e contemporânea, então, funcionava da seguinte maneira: dávamos um ano de história moderna na segunda série, um ano de contemporânea na terceira, e mais um curso de aperfeiçoamento na quarta. O que é importante que o aluno saiba em história moderna? Renascimento, Reforma, formação do Estado absolutista, século XVII, Iluminismo no século XVIII, Revolução Inglesa, Revolução Francesa, e por aí vai. Elegíamos alguns temas por semestre e os distribuíamos entre nós professores. Por exemplo, no primeiro semestre Falcon dava Reforma e Contra-Reforma, eu dava Rússia, a formação do Estado moscovita até a chegada dos Romanov, Eugênia podia dar Províncias Unidas, e Hugo, a formação do Estado francês. No segundo semestre, com esse mesmo modelo, relativamente monográfico, dávamos mais ênfase ao século XVIII. Vamos supor que num determinado ano essa fosse mais ou menos a estrutura do curso de história moderna. Isso constava de um documento que explicitava

os conteúdos curso por curso, os objetivos a serem atingidos, o conhecimento a ser alcançado. É claro que isso implicava uma visão historiográfica de cada tema, dos problemas suscitados pelos historiadores, de como foi construído o conhecimento sobre aquele assunto. Ao discutirmos a historiografia, íamos dando o relato histórico, e sempre com apoio de mapas. Tínhamos uma mapoteca de primeira ordem.

No primeiro dia de aula havia uma reunião dos alunos com os professores, e aquele documento, referente aos cursos dos dois semestres, era lido e discutido. Cada professor explicava o que pretendia fazer. Havia um cronograma rigoroso, semana por semana, com a matéria a ser dada e os trabalhos a serem apresentados. Havia uma bibliografia a ser lida, e os livros já estavam lá, à disposição dos alunos. Eles teriam que fazer resumos, trabalhos de grupo, trabalhos individuais, que eram pequenas monografias. Paralelamente, entregávamos aos alunos um pequeno volume sobre os métodos de trabalho da cadeira: o que é trabalho de grupo, o que é interpretação de texto. Digamos que o texto fosse uma carta de fulano de tal, escrita em tal data. Era preciso dizer o que estava ocorrendo naquele momento, quem era o rei da França, da Inglaterra etc. Se houvesse alguma data referida no texto, tinha que ser rigorosamente explicitada; os nomes próprios idem; os nomes de lugar também. Os alunos tinham que seguir esse esquema. Se não seguissem, podia ser a coisa mais genial do mundo que nós recusávamos. Era para obrigá-los a ter um método de análise.

– Embora não fizessem pesquisa, dessa maneira vocês estavam formando professores-pesquisadores. Afinal, todo pesquisador tem que saber lidar com o documento, contextualizá-lo, analisá-lo.

Nós estávamos conscientes disso. Não estávamos fazendo pesquisa primária, como gostaríamos, mas estávamos dando aos alunos instrumentos para serem bons professores. Eles estavam aprendendo como se constrói o conhecimento em história.

–Por outro lado, vocês também se preocupavam em articular os temas, em dar uma visão de conjunto. Hoje os cursos são radicalmente monográficos. Fala-se muito em formar pesquisadores e se esquece de formar professores dotados de uma visão geral.

Sim. Mas é que naquele momento, torno a insistir, nós estávamos muito ligados ao país, ao social, à idéia de mudança. Em síntese, nós éramos politizados. Talvez nem soubéssemos disso, mas hoje é possível ver. Eu e meus assistentes discutíamos muito a bibliografia a ser lida. A montagem de um curso para o ano seguinte nos tomava os meses de novembro, dezembro e janeiro. Toda noite nos reuníamos aqui na minha casa e trabalhávamos horas a fio, até às duas da manhã. Saía tudo muito bem estruturado. E eu não deixava ninguém repetir curso de um ano para o outro. Nós trabalhávamos com muita seriedade, muito conteúdo, não estávamos interessados apenas num discurso "pra frentex". Éramos muito críticos da literatura que saía do ISEB, por exemplo, achávamos muito superficial, não era aquela a nossa linha. Queríamos uma história que levasse à reflexão, mas baseada em fatos, em dados. Factual no sentido correto da palavra.

É claro que eu sabia que nossos cursos tendiam a ser monográficos, ou melhor, temáticos, e temia que faltasse uma costura. Depois de muito refletir, cheguei à conclusão de que a visão de conjunto seria dada pela história das relações internacionais, sobretudo do século XVIII em diante. Então passou a haver sempre um curso de relações internacionais. Por exemplo, um assunto que era muito importante para costurar o conhecimento do século XIX era o Império Otoma-

no. Dali entrávamos nas questões balcânicas, nas políticas russa, austríaca, inglesa, francesa, e dávamos aos alunos uma visão de conjunto fantástica. E também fornecíamos indicações. Mesmo que tivesse que dar uma aula sobre um assunto desconhecido, um aluno nosso saberia onde ir buscar o material, como organizá-lo, como construir seu plano de aula. Acho que fomos realmente muito bem-sucedidos. Todos os nossos alunos que fizeram concursos em São Paulo tiraram os primeiros lugares.

– Qual a sua opinião sobre o projeto da "História Nova", de que participaram alguns de seus ex-alunos?

A "História Nova" do ISEB? Nunca concordei com o projeto. Eu achava que seria interessante fazer uma história de qualidade, com outras perspectivas além das da história tradicional do Hélio Viana, mas também não era aquele o modelo de história que eu gostaria de fazer. Além do mais, eu não estava ligada à história do Brasil. Naquela época estavam ocorrendo os movimentos nacionalistas na Ásia e na África, as guerras de libertação, e eu já tinha muito trabalho nesse campo. A cadeira de história moderna e contemporânea foi um centro polarizador de muitas atividades públicas, promovia seminários, debates, convidava pessoas de fora, jornalistas. Era um fórum permanente de discussão sobre os movimentos de libertação africanos e asiáticos. Fui muito engajada nisso, sobretudo no início dos anos 60. Quando se começou a discutir a política externa independente do Brasil, me envolvi até a raiz dos cabelos. Acho que, no conjunto, desempenhamos um papel muito importante na Faculdade de Filosofia. A Faculdade de Filosofia era uma imensa caixa de ressonância. Os militares olhavam aquilo com muita desconfiança, e nós estávamos sendo observados, analisados e fichados sem saber. Estávamos certos de que a nossa luta era muito ingênua: estávamos lutando pela liberdade, igualdade, fraternidade, contra o imperialismo e o colonialismo. Isso para nós não tinha nada de subversivo. Até hoje acho que não tem. É uma luta necessária do povo brasileiro.

– Em 1963, quando Darcy Ribeiro era ministro da Educação de João Goulart, a senhora foi nomeada diretora da Rádio Ministério da Educação. Como foi essa experiência: a nomeação, o trabalho na rádio?

Foi muito engraçado. Fui convidada pelo Betinho, o Herbert de Sousa, e pela garotada da PUC ligada à AP. Eles eram muito ativos politicamente, muito radicais, muito esquerdistas. Conheci-os porque uma ocasião os padres proibiram que o ministro das Relações Exteriores fosse à PUC falar sobre a política externa independente do Brasil. O ministro era nada mais, nada menos, que San Tiago Dantas, e seu principal assessor era o depois ministro da Economia Marcílio Marques Moreira. Quando chegamos à PUC, soubemos que os padres tinham mandado fechar a faculdade, e eu então sugeri que fizéssemos o seminário na Filosofia. Eremildo era o diretor, mas estava viajando, de modo que foi fácil pedir o prédio. Essa garotada é que foi ao Paulo de Tarso, que também era da AP e foi nomeado ministro da Educação, e indicou o meu nome. Depois vieram aqui em casa me convidar.

– Então não teve nada a ver com Darcy Ribeiro?

Não. Muita gente pensa que foi por influência dele, mas não foi. Darcy é muito meu amigo, nos conhecemos desde 1942, são 50 anos de amizade. Elaboramos juntos a Universidade de Brasília, que foi o grande momento de união de cérebros da universidade brasileira. Cada semana a reunião era na casa de um: na minha, do Darcy, do Leite

Lopes. Foi um período muito rico das nossas vidas. Mas o Darcy não teve nada a ver com a minha ida para a Rádio MEC. Até foi contra. Estava na Casa Civil e telefonou para mim: "Yedda, você está maluca? Eu nunca soube que você tivesse interesse em administração pública, mas se tem, posso lhe arranjar coisa mais interessante do que essa rádio obscura!" Mas eu pensei: desde criança eu ouço a Rádio MEC, é a minha rádio. Fiquei encantada com a idéia. Por outro lado, eu estava muito atribulada na Filosofia. Eremildo estava fazendo da minha vida um inferno, tentando abrir inquéritos, investigações etc. Eu estava querendo largar a faculdade, abandonar a carreira universitária. Como eu era uma historiadora frustrada, conversei muito com Pedro Calmon, que era um grande reitor, para ver se ele me ajudava a obter uma bolsa na Espanha. Mas aí surgiu esse convite e aceitei. E adorei. Foi uma das experiências mais ricas que tive na minha vida. Eu, no fundo, gostaria de dirigir um grande complexo de comunicação. Sou fascinada pela mídia. Acho que essa é a minha vocação.

Na Rádio MEC tive colaboradores de primeira ordem. Conheci outro mundo, orquestras sinfônicas, todos os maestros. Um que teve seu lançamento profissional muito ligado a mim foi o Isaac Karabishevski. Outro que também ficou grato foi o José Guilherme Merquior. Ele apareceu lá querendo fazer programas de literatura. Devia ter uns 20 anos, mas tinha cara de 15, 16. Estava fazendo o curso do Rio Branco e era totalmente desconhecido. Conversei com ele e lhe dei um programa semanal. Conheci muita gente interessante. Até Roberto Carlos foi meu funcionário, coloquei-o lá nas relações públicas.

– A Rádio MEC tinha algum tipo de envolvimento político naquela época?

Tinha sim. Porque é que o Carlos Lacerda ficou tão meu inimigo, a ponto de dizer que a anarquia no Brasil se devia, entre outras pessoas, a Maria Yedda Linhares? Porque eu desmontei todo o mecanismo de atuação política dele na Rádio MEC. Quem estava lá, e saiu quando eu entrei, era o Murilo Miranda, pessoa dele. O jornal da rádio era altamente vinculado à preparação do golpe, e isso eu descobri logo. José, meu marido, percebeu que a rádio estava a serviço de um clima de guerra psicológica e escreveu um documento magistral sobre isso. Mostrou a várias pessoas em Brasília, mas ninguém deu bola. Eu então desmontei a igrejinha dos golpistas. A rádio passou a ter um jornal de uma hora ao meio-dia e outro de uma hora à meia-noite, uma maravilha. Quem coordenava era Décio Leal Pereira de Sousa, conhecido como Décio Luís. Era o melhor jornal de rádio que havia, pedagógico, com tudo muito bem redigido. Quando o Lacerda inaugurava aqueles viadutos dele, nós dizíamos com que recursos: tanto do governo federal e tanto de bancos internacionais, a juros de tantos por cento durante tantos anos. Não havia um centavo posto pelo governo da Guanabara. Desmontávamos as jogadas políticas do Lacerda, mostrando que ele estava fazendo badalação com dinheiro de fora e endividando o estado. É claro que ele fez obras. Mas quando fazia propaganda, mostrávamos a realidade histórica. Ele passou a me odiar. Era o governador aqui, mas a rádio era do Ministério da Educação. Só quem podia dar ordens lá dentro eram o ministro e o presidente da República. Nunca aceitei a intromissão de mais ninguém.

Quando houve o golpe de 64, eu liguei a rádio à cadeia da legalidade. Só saí de lá quando os militares tiraram a rádio do ar. Vim para casa, José tinha fraturado o colo do fêmur, não podia andar, e decidi levá-lo para uma casa de saúde, porque eu não sabia o que ia ser da minha vida. Chegando ao hospital, meu médico, Helson Cavalcanti, me deu uma injeção muito forte para dormir. Quando acordei, no dia seguinte, ouvimos no rádio de pilha que Eremildo

Viana tinha assumido a Rádio MEC. Ele entrou lá com agentes do DOPS e um grupo de estudantes armados, com caminhonetes esperando embaixo. Disse à minha secretária, Sandra Ribeiro da Costa, que tinha vindo tomar a rádio em nome do alto comando revolucionário, mas ela se recusou a entregar sem uma ordem escrita. Telefonou para o pai, Orlando Ribeiro da Costa, que era ministro do Superior Tribunal Militar, e ele foi imediatamente para lá. Exigiu o documento escrito, que Eremildo afinal providenciou, e percorreu a rádio com ele para fazer a entrega.

Passado um tempo, um jornalista do *Globo* veio me perguntar o que tinha acontecido afinal na Rádio MEC. Porque Eremildo tinha telefonado para lá avisando que ia tomar a rádio e passar em primeira mão o material subversivo encontrado, mas depois não tinha entregado material algum. Eu disse: "Não entregou porque o material subversivo estava nas caminhonetes lá embaixo, e ele não pôde colocá-lo lá em cima porque a entrega da rádio foi feita com testemunhas."

Foi essa a história da tomada da Rádio MEC, que ficou célebre. A partir daí fui alvo de inúmeras investigações, se não me engano foram sete IPMs. Fui muito perseguida, foram os momentos mais difíceis da minha vida. Pouco depois do golpe, o governo inglês me convidou a visitar a Inglaterra, para conhecer várias instituições. Devia partir em setembro, para Londres, por um mês, e depois Paris, por um ano, mas só consegui ser liberada de um IPM uma hora antes do embarque. Nem a mala eu fiz. Foi muito bom na Inglaterra, e na França dei aulas no Instituto de Altos Estudos da América Latina, participei dos seminários do professor Braudel, e tive a excelente companhia da professora Célia Freire. Tive também o primeiro contato com a Universidade de Toulouse. Foi muito interessante, mas eu estava muito deprimida. Depois me convenci de que tinha que sair daquele estado e voltei para o Brasil animadíssima, em agosto de 1965. Aí retomei meu trabalho na Faculdade de Filosofia, mas moderadamente. Depois de uma interrupção de dois anos, tudo havia se desmontado muito. A cadeira nunca mais foi a mesma.

– Eremildo Viana continuava na Rádio MEC?

Continuava. Ele dizia que ia ser ministro da Educação, reitor, mas ficou lá, muito obscuramente. Eu então montei um quartel-general para alertar a opinião pública sobre quem era Eremildo Viana. Ele virou até personagem do Jorge Amado, o professor dedo-duro. Stanislaw Ponte Preta, Elio Gaspari, todos falavam mal dele. Eu queria destruir o Eremildo. Não era uma coisa muito construtiva, mas me deu prazer. O dr. Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, me deu muito apoio.

Outra coisa foi que pela primeira vez eu me mobilizei politicamente de forma consciente. Com muita clareza, decidi fazer oposição à ditadura, mesmo sem estar ligada a qualquer corrente política específica. O movimento dos professores na passeata dos cem mil, por exemplo, saiu daqui de casa. Mas a partir de dezembro de 1968, com o AI-5, percebi que estava tudo encerrado, que eu não teria mais a menor possibilidade. De toda forma foi mais fácil do que em 64. Eu estava muito mais preparada e segura.

Naquele momento eu também estava realizando um grande sonho da minha vida. Quando foi extinta a cátedra, em 1967, montei meu programa de pesquisa. Hélio Viana foi contra, e eu disse: "Dr. Hélio Viana, acabou a cátedra. O senhor não manda mais na história do Brasil." Montei meu projeto, em torno do qual deveria girar o curso de mestrado em história do já então Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, e o apresentei. Como pesquisa básica, eu propunha o levantamento de fontes para a

história social e econômica do Rio de Janeiro no século XIX, seguindo a orientação do Ernest Labrousse no Congresso de Roma de 1955. Queria levantar fontes demográficas, fontes cartorárias, fontes fiscais e fontes eleitorais. E paralelamente a isso, fazer uma história de preços. Comecei a trabalharno projeto de história demográfica com Bárbara Levy e Janaína Amado, e convidei também Eulália Lobo, que preferiu trabalhar na história de preços e fez o levantamento na Santa Casa de Misericórdia. Todo esse trabalho deveria estar ligado ao de Kátia Queiroz Matoso, na Bahia, e ao de Frederic Mauro, em Paris. Eu tinha até programado ir a Paris no final de 68 encontrá-los, para compatibilizar o que estávamos fazendo.

Eu poderia ter feito uma pesquisa individual, mas não quis. Eu queria fazer o mestrado no IFCS. A única experiência de mestrado em andamento aqui no Rio era a do Museu Nacional, que estava muito no começo, com Roberto Cardoso de Oliveira à frente. Conversei muito com ele, peguei o parecer do WalnirChagas e redigi o plano de mestrado em história. Esse projeto nunca teve curso, porque veio o AI-5. Depois, quando passou a ser uma prática dentro da universidade, fizeram um mestrado no IFCS. Mas esse teria sido o primeiro. E totalmente diferente, baseado numa pesquisa básica.

Logo no dia 2 de janeiro de 1969 fui presa. Estive três vezes presa ao longo do ano. Fui aposentada e recebi um convite para ir para a França. Depois vim a saber que Fernand Braudel mandou dois telegramas para o Costa e Silva, presidente da República, pedindo que fosse autorizada a minha saída do país. Eles também me mandaram um telegrama pedindo o *curriculum vitae* para eu poder ser contratada naquele ano, mas o porteiro aqui era um elemento da polícia e prendeu a correspondência. De toda forma consegui ir para a França e passei cinco anos lá, de 69 a 74. No primeiro ano dei aulas em Vincennes, graças a Josué de Castro, que arranjou essa fórmula para eu não perder tempo. Depois fui nomeada professora titular em Toulouse, como eu era aqui, com todas as regalias. Foi a melhor coisa que poderia ter me acontecido. Fiquei muito bem na França, fiz muitos amigos. Nunca me senti tão realizada como professora como naquele primeiro ano em Vincennes. Usei a metodologia de trabalho daqui e foi um sucesso retumbante. Quando saí, os alunos choravam. Toulouse também foi uma experiência ótima. Nessa fase francesa, foi muito importante o convívio com o Ciro Cardoso, que estava fazendo o doutorado lá.

Uma coisa que aprendi nessa ocasião foi que na França cada um tem que viver sozinho, trabalhar sozinho. O francês não é gregário, não trabalha em equipe. Não existe essa preocupação com pesquisa coletiva, com financiamento para pesquisa, como existe aqui. Em Toulouse, por exemplo, eles conseguiram mapear todos os arredores da Haute Garonne porque encarregavam os alunos de mestrado de fazer os levantamentos. Depois o professor pegava aqueles dados, fazia seu próprio trabalho, e às vezes dava crédito aos alunos, às vezes não. A pesquisa coletiva, com reunião para discutir resultados, pode ser que exista na França em casos isolados, mas em geral não existe. Um lugar onde se montaram seminários para discussão, o que aliás foi muito criticado pela oficialidade intelectual francesa, foi a École Pratique des Hautes Études. Eram seminários abertos, participativos etc., mas ninguém podia dar palpite, como acontece aqui. As pessoas iam ouvir uma exposição e depois faziam perguntas. A mentalidade francesa é muito diferente, individualista, fechada. Isso me ensinou que era possível trabalhar sozinha. Depois de algum tempo lá voltei à minha pesquisa sobre listas eleitorais. Vim ao Brasil, levei cem quilos de documentação,

fiz o primeiro controle de dados e publiquei lá mesmo na França.

– O que foi mais importante nessa sua experiência francesa?

O convívio com a civilização européia. Eu era professora de história moderna e contemporânea, conhecia muito bem a história daqueles países, mas nunca os tinha visto de perto. Eu me senti mais capaz de dar um curso sobre a história da Europa do que antes. Eu começava minha tese sobre a França, por exemplo, falando da Place de la Concorde. Eu nunca a tinha visto! Quando a vi, de noite, iluminada, fiquei impressionada. É importante o convívio com outro povo, com outras mentalidades: porque a França é assim, por que nós não somos assim? Outro dia uma repórter francesa veio aqui escrever sobre o problema dos meninos de rua, dizendo que era um problema grave, que as secretarias de Educação tinham que resolver. Eu digo: "A Europa também teve esse problema na fase da Revolução Industrial. Acabei de ver em Nova York *Les Misérables*, de Victor Hugo." Ela mudou de assunto. O que importa é a gente saber o que ocorre num determinado momento que faz com que um estado de divisão social seja superado. No momento, estamos vivendo a divisão máxima, mais atroz, mais cruciante que um país pode ter. Estamos realmente nos defrontando com duas nações – e aqui, no Rio de Janeiro, com várias repúblicas. Isto é um choque para a população, mas as elites têm de se conscientizar de que prepararam essas duas nações. Enquanto não perceberem isso, como a França percebeu, no século passado, não haverá solução possível. A França, quando resolveu instaurar o ensino público, republicano, praticamente enfrentou um estado de guerra civil. Mas a burguesia francesa manifestou uma consciência nacional impressionante e conseguiu impor o seu projeto de republicanização do país através da escola pública. No Brasil, nós não temos esse tipo de liderança burguesa dominante.

– Como foi sua volta ao Brasil em 74?

Voltei quando minha neta nasceu, voltei para ser avó. Vivi os anos de 75 e 76 calmamente na minha casa, fazendo traduções de inglês. Conheço razoavelmente bem a língua inglesa e acho apaixonante o trabalho de tradução. Mas aí ia haver um seminário na Fundação Getulio Vargas, e fui convidada a participar pelo Fernando Leite Costa, que já morreu. Ele me pediu para apresentar um trabalho sobre história quantitativa na área da agricultura. Apresentei então uma proposta de levantamento de fontes para a história da agricultura brasileira. Causou um impacto negativo, Otávio Ianni foi contra, Míriam Limoeiro disse horrores. "Fontes? Para quê?" Ainda estávamos no apogeu da história marxista, e eles achavam que não se podia falar em fontes, em dados, em séries. Mas o pessoal da Fundação aceitou, e aí entram as loucuras brasileiras. Eu não podia participar de bancas nas universidades, não podia trabalhar numa editora, mas o Ministério da Agricultura e a Seplan financiaram a Fundação Getulio Vargas para eu ser contratada e dirigir um programa de história da agricultura! Fiz um trabalho extremamente profissional e me senti muito feliz. Publiquei parcialmente os resultados no livro *História da agricultura brasileira*. Mandei o liv para os meus colegas franceses, e eles acharam que o melhor capítulo era o que tratava das fontes. É muito francês aquele capítulo, faço menção explícita ao Labrousse.

– Depois da experiência na Fundação Getulio Vargas a senhora foi para a UFF?

Sim. Fiquei de 77 a 80 na Fundação, mas quando houve a anistia, em 79, fui convidada a ir para UFF. Ciro Cardoso e Falcon propuseram meu nome para o mes-

trado. Aceitei feliz da vida, e foi muito produtivo. Desenvolvi minha linha de pesquisa de história agrária. Mais que isso, desenvolvi uma certa concepção de uso de fontes, e uma certa concepção de história, estrutural e não pontual.

– Como a senhora vê hoje o campo da história? Há alguma renovação importante em curso, na sua opinião?

Não há dúvida de que está havendo uma mudança em relação àquela historiografia que nós chamamos dos *Annales*. Não há dúvida de que, na França, aquela história regional dos *Annales*, feita à exaustão, chegou quase a um ponto de saturação. Muitas críticas foram formuladas, e nesse sentido é típico o livro *Ego histoire*. Daqui do Brasil, tem-se a impressão de que na França e no resto do mundo só se faz hoje em dia a história das chamadas "mentalidades". Mas não a história das mentalidades de um Lucien Febvre ou de um Marc Bloch. O que hoje estão chamando de história das mentalidades é uma história *événementielle*, uma história dos acontecimentos, mas ligada a um nível do cotidiano muito pouco relevante.

– Também tenho essa impressão. Em vez de se descrever a batalha, descreve-se a vida da prostituta na cidadezinha de não sei onde.

Exatamente. Ou o amante de Catarina II, ou a roupa que ela fazia com os brocados de ouro. Em termos de metodologia, é a mesma coisa, não há nenhum avanço. É uma história muito pequena, muito miúda, que perdeu a percepção mais global, mais social.

– Mas ao mesmo tempo parece estar havendo um retorno a uma história política mais consistente.

Sim. A escola dos *Annales* desprezou muito a história política, e vários ataques foram dirigidos contra ela. Foi dito que a história política era a história das batalhas, dos acontecimentos, a história da curtíssima duração, da descrição das revoluções, da descrição da queda do ministro. O político foi posto de lado em favor do econômico, do social, que eram vistos de uma perspectiva estrutural, de longa duração. Hoje acho que se está recolocando o político num contexto mais amplo, e se está trabalhando de uma forma mais inteligente, mais interessante. Assim como acho que a história econômica e social não acabou. Fico muito escandalizada quando certas pessoas nos meios historiográficos franceses renegam Fernand Braudel, Lucien Febvre, Marc Bloch ou Vilar, porque Vilar era marxista. Qualquer menção teórico-metodológica é vista como marxista!

De qualquer forma, acho que ainda se faz uma boa história na França. Também estão surgindo autores americanos muito bons, que demonstram grande capacidade de fazer uma história mais sociológica, mais geral, do que a história particularizada dos franceses. Um dos precursores dessa tendência nos Estados Unidos foi Barrington Moore, em *Lords and peasants*. É um trabalho muito bonito e foi um ponto de partida para uma outra visão da história, de sentido comparativo, interpretativo, mais inteligente. Os americanos estão se notabilizando por uma revisão ampla da história européia, da história mundial. Estão se voltando para o mundo. Graças a Deus estão deixando a América Latina!